O meio ambiente e a questão urbana*

Yannis TSIOMIS¹

¹ Professeur d'Architecture à l'Ecole d'Architecture de Paris-La Villette, 144, Rue de Flandres – 75019 – Paris.

Como integrar a questão urbana numa política de meio ambiente? Como se articula a questão urbana com o desenvolvimento? E, tratando-se de desenvolvimento, não devemos nos questionar sobre a especificidade dessa questão e, consequentemente, da política urbana quando lidamos com os países ditos em via de desenvolvimento?

Ou, ao contrário, será que os problemas da cidade, a questão urbana, escapam cada vez mais ao âmbito das especificidades econômicas dos países para se transformarem em problemas gerais criados pelo fenômeno urbano?

Todas essas perguntas têm o “mérito” de terem sido formuladas há dez anos sem terem ainda encontrado respostas satisfatórias. Essa constatação é ainda mais inquietante, já que atualmente a “questão urbana” é mais claramente colocada como sendo a *catástrofe urbana*, que atinge cada país, independentemente de seu grau de desenvolvimento.

A evidência que a catástrofe urbana tem muitas faces e muitos aspectos (poluição, demografia incontrolada, infraestruturas e comunicações falidas, etc., etc.) não altera esta constatação comum: o meio

ambiente artificial e necessariamente urbano está mergulhado numa crise de múltiplas características quantitativas e qualitativas, porém, com uma constante: o deslocamento do tecido espacial e do tecido social. Esse deslocamento se torna mais grave quando se trata de cidades e de aglomerações nos países pobres; ele é mais suave e invisível, mas bastante presente, nos países “ricos”. Em tempos normais... Isso porque as crises urbanas que atingem de forma intermitente, mas com uma frequência cada vez maior, as cidades dos países ricos na Europa e, mais recentemente, Los Angeles, assumindo o caráter de revoltas urbanas, constituem a prova de que esse deslocamento do tecido espacial-social não só não as protege mas, pelo contrário, provoca uma violência ainda maior do que em outros lugares, como está acontecendo em pleno coração dos Estados Unidos, um país rico por excelência.

Assim, a constatação de catástrofe urbana generalizada passa primeiro por uma redefinição mais precisa de termos como meio urbano.

O meio urbano deve ser compreendido e estudado como uma inter-relação do tecido espacial

*Tradução de Anete Goldberg, socióloga. Publicado originalmente em *Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 1, 1994, p. 131-141.

e do tecido social. O meio urbano deve ser estudado, conseqüentemente, através da forma como as culturas urbana e social existem, se desenvolvem e convivem localmente a cada momento, considerando-se que a oposição entre cidade e campo deixou de ser uma oposição pertinente, inclusive naqueles países onde o fenômeno urbano não tem a amplitude quantitativa da Europa, onde 80% da população vive nas aglomerações urbanas.

Se hoje em dia a utopia do Movimento Modernista dos anos 1920 e 1930 se encontra ultrapassada, se sabemos que os quatro princípios da Constituição de Atenas (trabalhar, habitar, cultivar o corpo e o espírito, circular) não resumem a atividade humana na cidade, por outro lado estamos começando a compreender que a crítica feita pelo Movimento Modernista não respondeu a questões tais como: o que é a cidade, como entender e analisar a cidade, como intervir sobre o meio urbano, como agir para “fabricar” e “produzir” meio urbano?

Para obter respostas verdadeiras seria conveniente, em primeiro lugar, localizar as mudanças ocorridas ao longo dos últimos anos. Ou, quem sabe, não seria mais apropriado falar de mutações em lugar de *mudanças*?

Atualmente parece ser impossível administrar o meio urbano com os instrumentos administrativos, jurídicos e mesmo técnicos e estéticos habituais. A constatação pode ser resumida da seguinte maneira: a cidade não preenche mais seu papel de espaço de cultura e de sociabilidade. Além dos problemas de superpopulação, de sobrecarga e colapso das redes de infraestrutura, constatamos rupturas visíveis do tecido espacial e do tecido social. Os centros estão em “deslocamento”, os espaços de vida tradicionalmente citadinos se volatilizam, e frente às advertências lançadas, às vezes de forma violenta, pelos jovens das “periferias” urbanas na Europa ou na América, percebemos a necessidade de “recomeçar

do zero” e de refletir sobre os dois tecidos (espacial e social) e suas articulações.

A questão das áreas urbanas nos anos 90 não se expressa mais por uma busca nostálgica para “encontrar a história”, mas sim pela criação e conquista de uma nova história, tanto nos territórios dos países do “velho continente” europeu quanto – paradoxalmente – nos países da América Latina ou nos países descolonizados da África.

Para as cidades do mundo, o fim do século consistirá em administrar não os legados dos séculos passados (a cidade histórica da Europa ou a cidade dos continentes colonizados), mas o legado desastroso da “cidade moderna” da segunda metade do século XX, construída demasiado rápido, dominadora e problemática.

O fato de que certas cidades “modernas” como, por exemplo, Nova York, sejam sublimadas graças à sedução irresistível exercida por sua estética urbana não modifica nosso discurso. Porque não nos referimos obviamente a certos exemplos de modernidade do pré ou do pós-guerra, mas ao meio urbano que foi criado no caos e na encruzilhada de decisões econômicas de “desenvolvimento” e exclusão imposta ao espaço, numa época em que homens políticos e “especialistas” da cidade falavam de um planejamento “racional” dos territórios nacionais que serviria para solucionar as “crises da cidade”!...

Estamos hoje diante da fragmentação do espaço urbano, que provocou uma ruptura (irremediável em muitos países) da relação entre cidade e campo.

Mas, como corolário dessa homogeneidade na destruição, surge também uma profunda modificação dos espaços vitais. Modificados os tecidos espacial e social, são os modos de vida oriundos da cultura urbana que são transformados e – paradoxalmente – apesar das diferenças entre cada cidade e cada país, o mesmo fenômeno ocorreu de forma generalizada. Tudo aquilo que havia criado

nos habitantes um sentimento de participação e identidade, essas múltiplas maneiras de viver sua vida cotidiana, de se apropriar de espaços específicos em momentos específicos, de viver suas velhas memórias criando novas, enfim, as culturas urbanas, ao se transformarem geraram um outro sentimento, desta vez de indiferença e abandono.

A dispersão do espaço urbano e a criação de áreas urbanas infinitas provocaram o deslocamento das identidades e afinidades no interior da cidade. Mas causaram também a ruptura da relação entre a cidade e o campo.

As consequências desses múltiplos deslocamentos, além dos seus aspectos espetaculares (estamos pensando em cidades-monstro como México ou São Paulo, mas também em “megalópoles” como a região parisiense) apresentam tal complexidade que não podemos resumí-las em poucas palavras.

Feita a ressalva, podemos constatar um certo número de temas principais comuns a países de situação econômica muito diferente, e temas principais divergentes justamente por causa dos diferentes níveis de desenvolvimento. Assim, se entre países do “Norte” e países do “Sul” (esquematizando as desigualdades de desenvolvimento) constatamos diferenças enormes no que diz respeito à administração da cidade e do território, percebemos, por outro lado, que os meios e a capacidade de gestão não são suficientes para impedir as crises urbanas e nem garantem o controle do desenvolvimento da cidade e de seu meio ambiente. E essa constatação vai se agravando à medida que nos afastamos dos países que têm uma tradição de administração urbana bem consolidada, e nos aproximamos daqueles nos quais se costuma aplicar mecanicamente modelos importados, ou nos quais as tradições são relativamente novas ou praticamente inexistentes. Nesse sentido, se a administração do meio urbano e da

cidade (entendendo por meio *urbano* as formas e as articulações dos tecidos social e espacial, e por *cidade* o espaço físico onde se desenvolve o fenômeno urbano) é a passagem obrigatória para evitar o caos urbano, por outro lado, por si só ela não é suficiente para resolver a crise.

Dito de outro modo, podemos efetivamente constatar a “miséria” do meio ambiente em diferentes níveis. Ela existe em todos os lugares e é inerente ao fenômeno urbano, tal como o mesmo evoluiu desde a industrialização maciça e a concentração urbana. Mas, por outro lado, a miséria do meio ambiente se confunde com a do desenvolvimento e as consequências dessa “solidariedade” na miséria não assumem a mesma gravidade no Brasil e na França, para citar apenas exemplos próximos.

Justamente porque sempre é perigoso e pouco pertinente comparar misérias, é claro que não podemos, nem de um ponto de vista científico nem humano, apoiar uma posição que considera ser mais fácil estar desempregado numa cidade poluída da França do que estar nessa situação no Brasil.

A questão não é essa. Trata-se sim de constatar que determinadas situações, legadas pela história, são incomparáveis a *contextos atuais* (inclua-se aqui o meio ambiente) mesmo em se tratando de um estado de tensão extrema. Realmente, apesar das rupturas constatadas, por vezes as infraestruturas materiais e culturais do mundo urbano resistem, bem ou mal, enquanto que em outras constata-se um funcionamento aleatório onde a incoerência funciona como sistema.

Nós podemos tomar o caso da cidade europeia ocidental e do êxodo rural do século XIX. Se as cidades cresceram de forma mais ou menos anárquica para alimentar a indústria de mão de obra (sendo essa uma das múltiplas razões de seu desenvolvimento, mas não a única e nem a mesma para todos os lugares), por outro lado criou-se um sistema de

infraestruturas e de instrumentos de gestão, etc., que não pôde evidentemente “salvar” o campo, mas que, bem ou mal, logrou manter até hoje um funcionamento mínimo da “máquina” urbana.

Essa é hoje, obviamente, uma das razões da relativa capacidade de estabilização da poluição do ar e da água e da tendência a um controle relativo dos recursos. Não se trata, é claro, de generalizar uma constatação que não é válida para cidades do “Sul” europeu, como Atenas!

Ora, essa estabilização provém não somente da aplicação de técnicas de controle e de gestão inovadoras e custosas, mas também, principalmente, do *fim* do fenómeno do êxodo rural e da herança das infraestruturas criadas nos séculos XIX, XX. Em outros termos, a cidade europeia vive ainda hoje dos progressos do passado. E como esses progressos foram importantes, ela é capaz de corrigir situações e aparentemente controlar, pelo menos até agora, o pior.

Há, evidentemente, diferenças enormes no que diz respeito às cidades dos países do chamado Terceiro Mundo:

- por um lado porque, como as escalas não são as mesmas, os fenómenos quantitativos são incomparáveis;

- por outro porque a relação com o campo continua a existir. Negativamente! A cidade ainda abastece seu potencial no enorme êxodo rural;

- finalmente, porque a cidade “recipiente” está longe de possuir as infraestruturas mínimas necessárias para suprir as necessidades elementares de gestão (lixo, circulação, etc.).

Poderíamos efetivamente fazer uma distinção entre países (desenvolvidos) com um planeamento urbano explícito e *programado* há muito tempo (previsões, instalações, manutenção e correção-modernização das infraestruturas) e países com planeamento urbano *pragmático* (ausência quase

total de programação, de manutenção, de gestão), ou ainda na ausência de aplicação de programas de ordenamento territorial constantemente renovados... em nível de estudos, apenas!

A diferença aqui se acentua no que diz respeito às técnicas de planeamento: marcos legislativos, leis de ocupação dos terrenos, técnicas de infraestruturas diversas (esgotos, estradas, drenagens, etc.), técnicas de controle urbano (código de urbanismo, controle das densidades, coeficientes de ocupação dos solos), técnicas de prevenção (saúde, regulamentos e medidas antipoluição), controle dos recursos, etc.

A tudo isso seria preciso acrescentar, evidentemente, a questão dos conhecimentos que se referem à qualidade arquitetônica.

Assim, se constatamos tendências à uniformização dos modos de vida no espaço urbano, constatamos simultaneamente uma *disparidade* dos modos de intervenção e de ação sobre o urbano.

Essa disparidade é, evidentemente, herança histórica da dominação, mas hoje em dia efeito principal das políticas estatais de planeamento do período posterior aos anos 60. Cada país agiu em função de sua história, de sua economia e do controle mais ou menos autoritário do Estado com relação ao planeamento. Isso para desembocar, curiosamente, numa avalanche de problemas similares em termos de “categorias” (poluição, delinquência, exclusão, desestruturação dos tecidos, toxicomania, etc.), percebidos, no entanto, de uma maneira bastante específica em termos culturais ou em termos de civilização.

É nesse sentido também que a cidade, a área urbana dos países em desenvolvimento não pode corrigir nem recuperar situações críticas assim criadas.

Que podemos concluir desse panorama rápido e necessariamente esquemático? Talvez, uma

primeira constatação, que parece evidente, é que se trata de uma situação onde é preciso intervir à montante de um fato consumado, já que a história, por sua vez, não soube responder à jusante a este desafio criando uma tradição de gestão, controle e de infraestruturas.

Uma segunda constatação é a de que, se é necessário agir simultaneamente sobre o fenômeno e o meio urbano, seria preciso agir também sobre o meio rural, já que ele existe e está se deteriorando devido à desertão, destruindo a cidade com sua própria destruição.

Enfim, e para esquematizar mais uma vez, podemos admitir que se a cidade europeia soube responder razoavelmente ao longo do tempo aos problemas urbanos atuais (sem prejudicar o que poderá ocorrer no problemático futuro), a cidade brasileira deve encontrar, ao longo de um processo, respostas quanto ao espaço (espaço rural) e garantias com relação aos tempos futuros.

A verdadeira modernidade não consiste, consequentemente e nesse caso preciso, na imitação de modelos de desenvolvimento urbano dentro de uma lógica evolucionista. Essa lógica que diria “destruímos o campo para enriquecer-nos” é evidentemente desmentida por uma “evolução” que atingiu seus limites tanto na Europa (periferias urbanas de Paris, Londres, etc.) quanto nos EUA (Los Angeles) ou no Japão (Tóquio).

A verdadeira modernidade consiste num tratamento simultâneo dos territórios rurais e urbanos, na aplicação de técnicas mais ou menos inovadoras e de métodos e procedimentos *necessariamente* inovadores. Não se trata aqui, é claro, de uma ideologia “agrária” que favoreceria o campo em detrimento da cidade. Menos ainda de transformar o mundo rural em “reserva” e de diabolizar a cidade (nesse sentido, o exemplo da Grécia é esclarecedor: um país agrícola e rural até os anos 30, e com 80% de

sua população urbana que vive hoje, em nome de uma industrialização fictícia, com uma agricultura subvencionada pela CEE e, nesse sentido, numa situação de tutela cujos efeitos econômicos, psicológicos, sociais e políticos podemos apreciar).

Seria interessante abordar, a partir dessa problemática, algumas questões de procedimento e métodos, através dos quais abordaríamos as questões urbana e a do meio ambiente relacionadas com a questão do desenvolvimento.

Se é impossível descrever em poucas palavras o significado que teria a interdisciplinaridade como procedimento científico para abordar o meio urbano, por outro lado, pode-se afirmar que, na ausência de uma abordagem interdisciplinar, é impossível enfrentar o urbano e a cidade. Esperamos que a problemática desenvolvida aqui tenha sido suficientemente clara para autorizar tal afirmação que, embora amplamente compartilhada em teoria, é bem menos aplicada e posta em prática.

Com respeito ao urbano, não se trata evidentemente de avançar uma teoria e, menos ainda, um método exclusivo de abordagem interdisciplinar. Trata-se simplesmente de admitir que a complexidade do fenômeno urbano não cabe nos “compartimentos” usados pelas disciplinas.

Com efeito, se cada disciplina, seja ela de aplicação teórica ou prática (sociologia, urbanismo, economia urbana, diversas engenharias de comunicações, etc.) tem e deve manter seus métodos para estudar o urbano (tendo em vista o rigor e a coerência, e principalmente a eficácia), por outro lado o fenômeno urbano não pode de nenhuma maneira ser descrito e, menos ainda, controlado por lógicas disciplinares acumuladas, justapostas, superpostas... Como imaginar a cidade e o urbano reduzidos a uma soma fechada de conhecimentos ou de projetos traçados? Se esse tivesse sido o sonho e a ilusão do urbanismo do Movimento Modernista dos anos 20

e 30, a realidade do espaço urbano teria feito com que eles escapassem a todo e qualquer confinamento disciplinar, exclusivista e redutor.

Admitir isso é também aproveitar a oportunidade para agir e elaborar um “discurso” que interprete, mas também que crie situações urbanas novas.

Trata-se de articular lógicas – e resultados – próprios a cada disciplina, de trabalhar sobre essas “fronteiras de papel” (M. Roncayolo) que constituem o encontro da história com a geografia, o urbanismo, as disciplinas ambientais, etc. Quando isso diz respeito à cidade, trabalhar sobre as “fronteiras de papel” significa evidentemente não apenas trabalhar sobre a “sutileza” das relações entre as disciplinas, mas também sobre a *complexidade* das realidades que se inter-relacionam no espaço urbano, sobre a *complexidade* das representações e percepções dos fenômenos e das situações urbanas. Quanto mais críticas são as situações urbanas, mais necessária se torna uma abordagem interdisciplinar para qualquer projeto urbano aberto.

Jamais teríamos colocado essas perguntas se na realidade a cidade e o urbano não nos escapassem. A cidade nos escapa por sua complexidade de gênese e evolução. E isso permanece tão verdadeiro para as cidades criadas num processo ao longo do tempo quanto para as cidades totalmente planeja-

das. Mas se usamos aqui a palavra “escapar”, não é no sentido da impossibilidade de estudá-la, de administrá-la, de torná-la bonita e agradável. ..., na verdade, para ressaltar a liberdade almejada para seus habitantes, os cidadãos, ou melhor, ressaltar as condições criadoras dessa liberdade necessária à vida. Podemos então entender de outra maneira a noção de complexidade à qual nos referimos antes, usando essa distinção muito antiga e sábia entre cidade-Estado (polis) e cidade-aglomeração urbana (asty), entre cidadão e cidadão.

Os melhores urbanistas sempre foram os filósofos. Isso porque, explorando as duas dimensões do homem, o homem-habitante da cidade e o homem-político na cidade, eles conseguiram abordar a questão da liberdade de forma indissociável. O espaço mental, cultural e político da liberdade do cidadão, mas também o espaço físico, fabricado e “organizado” do cidadão. O espaço viável e administrado da cidade, do cidadão, no qual se exercerão o direito à liberdade e a prática da liberdade do cidadão. E é obviamente inconcebível que o cidadão possa ser indiferente à cidade-aglomeração urbana e o cidadão indiferente às coisas da cidade-Estado. Isto porque trata-se das liberdades de um e de outro reunidas na mesma pessoa, no mesmo espaço. Evidentemente, a questão permanece em aberto.